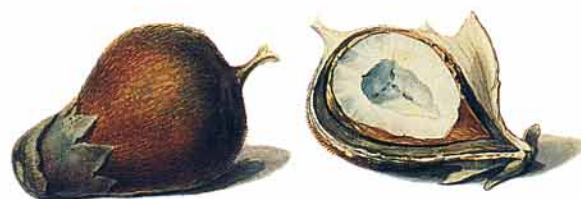


BAÍA DE GUANABARA

Biografia de uma paisagem



PREFÁCIO

ELIANE CANEDO COMEÇA ESTE LIVRO afirmando que “a baía atual não se compara, entretanto, àquela de águas límpidas, contornada e adornada por pequenas enseadas, tendo como fundo a densa floresta tropical: uma visão do paraíso que extasiou os portugueses que a contemplaram pela primeira vez em 1502” (vide Introdução). Essa visão do paraíso ainda hoje deslumbra tanto aqueles que pela primeira vez contemplam a Baía de Guanabara quanto os que a vêem pela milionésima vez. Não há pessimismo que resista a um pouso no Aeroporto Santos Dumont numa clara tarde de maio. E não há otimismo que resista a uma visita ao Rio Sarapuí, cujas águas putrefatas deságuam na Baía de Guanabara.

Senti-me profundamente pessimista por volta de 1995, ao utilizar uma pequena lancha para navegar o trecho do Rio Sarapuí entre a Rodovia Washington Luís e a foz, numa das múltiplas incursões na Baixada Fluminense que fazia na época para acompanhar as obras contra inundação do Programa Reconstrução-Rio. E o cheiro nauseante do Sarapuí não deixava dúvidas: o inferno pode se incrustar no paraíso e devorá-lo por dentro. No século XIX, tudo fazia crer que seria possível manter o paraíso. “Em 1862, o governo imperial deu um passo importante na área de saneamento: o Rio recebeu a sua primeira rede de esgotos sanitários, algo de que poucas cidades do planeta poderiam se orgulhar naquela época. Na verdade, apenas Londres. O serviço foi concedido, por um prazo de 90 anos, à empresa inglesa City Improvements Company Limited – ou simplesmente City, como os cariocas passaram a chamá-la” (vide cap. 4). Segundo o censo de 1890, cerca de 60% dos prédios estavam conectados à rede de coleta de esgotos, que eram tratados com a melhor tecnologia existente à época, antes de serem despejados na baía.

Passados 115 anos, estamos em situação bem pior. Continuamos coletando esgoto de cerca de 60% das residências e praticamente todo o esgoto – coletado ou não coletado – chega sem tratamento à baía, resultando numa carga poluidora cerca de 40 vezes maior do que a existente no final do século XIX.

“Ocupação desordenada da bacia hidrográfica, ausência quase absoluta de sistemas de saneamento básico adequados para atender às áreas urbanizadas, poluição industrial, aterramento de grandes extensões da baía, desmatamento de encosta, assoreamento, redução de profundidade – tudo isso ocorreu ao longo do século XX, principalmente na segunda metade” (vide cap. 5).

Para recuperar efetivamente a Baía de Guanabara seriam necessárias, pelo menos, duas atitudes. Primeira, criar um mecanismo para garantir a continuidade de ações que maturam em prazos muito superiores ao intervalo entre as eleições. O ideal seria criar uma entidade técnica, impermeável às injunções circunstanciais da política e com o poder de assegurar a governabilidade na condução de ações nas próximas décadas. Segunda, o governo, em vez de financiar a construção de obras, deveria pagar por resultados. No caso, esgoto tratado e lixo com disposição final adequada.

A visão futura da Baía de Guanabara será a do paraíso se tivermos a determinação coletiva de recuperar o que já foi. Se não formos por nós, quem o será?

Jerson Kelman | Professor da COPPE-UFRJ